

O ministro Goldemberg, a floresta amazônica e o fatalismo darwinista

Edward Mortimer *

José Goldemberg está na defensiva.

Há dois meses, seu colega José Lutzenberger, um dos maiores defensores mundiais da floresta amazônica, foi demitido do cargo de ministro do Meio Ambiente pelo presidente Fernando Collor de Mello por ter acusado publicamente a agência federal responsável pela proteção da floresta — supostamente sob o próprio controle ministerial de Lutzenberger — de corrupção e malversação de recursos estrangeiros. A menos de dez semanas da Cúpula da Terra (Eco-92) no Rio de Janeiro, Goldemberg assumiu o cargo de ministro em exercício do Meio Ambiente, conservando simultaneamente a Pasta da Educação. Assim ele fica com a responsabilidade pelos dois problemas mais urgentes do Brasil, depois da luta contra a inflação — e esta última indica que há muito pouco dinheiro para gastar nas outras.

Ele tem que defender também as políticas ambientais de um país cuja credibilidade já baixa, neste departamento, caiu ainda mais com a saída de Lutzenberger, num momento em que, ao sediar a Eco-92, conclama o trabalho de ambientalistas de todo o mundo.

Ele pelo menos é capaz de dizer que a taxa de desmatamento da Amazônia caiu pela metade desde que o governo assumiu, o que, afirma ele, significa uma redução de 1% nas emissões mundiais de dióxido de carbono. Isso foi parcialmente conseguido pela retirada dos incentivos fiscais que anteriormente encorajavam o "desenvolvimento" da região, e, parcialmente, por um policiamento mais rigoroso — ainda que isso possa também refletir a queda na demanda por gado e por madeira devido à recessão que atravessa o País.

Mas o ambientalismo não surgiu naturalmente para

Goldemberg. Físico nuclear por profissão, ele exala mais autoconfiança e certeza dos grandes reformadores educacionais do século XIX do que a modéstia e a culpa que são mais típicas dos cientistas do final do século XX. "Não sou um ecologista", diz ele francamente. "Sou um cientista que sabe o que provoca a destruição do meio ambiente." Ele puxa então um volume alentado, "Energia para um Mundo Sustentável", de que é co-autor, para provar que, em suas próprias palavras, "não é uma pessoa completamente sem valor".

Sua atitude é certamente mais sofisticada do que a de muitos brasileiros que perguntam "como as pessoas da Europa podem fazer tanto barulho sobre árvores quando crianças de 3 anos estão mendigando pelas ruas?" (pergunta normalmente feita por membros dos 20% mais ricos da população brasileira, que recebem 26 vezes a renda dos 20% mais pobres). Mas daí a concluir que a floresta tropical está salva em suas mãos há um grande fosso, que muitos ambientalistas não gostariam de dar.

Na opinião de Goldemberg, vasculhar a floresta atrás de substâncias medicinais na esperança de que "em algumas dessas plantas possa se achar uma cura para o câncer não é assunto para a ciência". Pelo contrário, "a descoberta das coisas exige uma grande dose de gastos e equipamentos: só porque uma árvore pertence a um povo isso não lhe dá o direito de explorá-la". Ele, assim, põe de lado o ressentimento do povo jaburandi, que alega ter descoberto a única cura eficaz para glaucoma, apenas para ver uma grande companhia farmacêutica internacional comprar toda a colheita da planta e patentear a fórmula.

Os jaburandis são pagos apenas por tonelada de folha colhida, apesar de alegarem que foi seu conhecimento que levou à descoberta. Outros povos amazô-

nicos estariam agora escondendo seu conhecimento medicinal (por exemplo, sobre as propriedades contraceptivas de várias plantas) como segredos bem guardados, até que seu direito a partilhar dos proventos desse conhecimento sejam garantidos.

O Brasil, em sua Constituição de 1988, já reconheceu os direitos dos índios às terras que ocupam e o governo está realizando a demarcação dessas terras. Os

povos indígenas são assim reconhecidos como entidades legais, desfrutando de direitos coletivos. Parece faltar apenas um pequeno passo para eles tirarem patentes e assinarem contratos. Um problema que pode ser antecipado é que mais de um deles reclamaria a "propriedade" do mesmo remédio tradicional. Idealmente, talvez, eles deveriam ser persuadidos a criar um fundo comum de proteção à floresta, para o qual seriam pagos todos os "royalties" sobre produtos florestais. Mas poderiam surgir dificuldades sobre quem administraria um tal fundo e sobre como ele deveria ser gasto.

As tentativas de se forjar um organismo nacional representativo dos povos indígenas até aqui abortaram. Seu porta-voz mais eloquente é Aylton Krenak, que freqüentemente pode ser encontrado acorçado ao lado de uma fogueira na "Embaixada do Povo da Floresta", em São Paulo. Mas, segundo Fábio Vilas, secretário do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), Krenak é simplesmente "uma pessoa que decidiu que representava os povos indígenas — faz parte de um movimento que não tem eleições, reuniões gerais, e ao qual não há grupos filiados". Os defensores de Krenak acusam o Cimi de tentar agrupar os povos indígenas "sob as batinas dos padres" em vez de capacitá-los a "participar das sociedades brasileiras sem perder seus próprios costumes".

O problema dos povos indígenas é real, mas Goldemberg não mostra interesse em resolvê-lo. Ressaltando seu "enorme respeito pelo conhecimento científico" (e pelos custos de pesquisa envolvidos na conversão de remédios herbáceos tradicionais em produtos farmacêu-

ticos vendáveis), ele admite que é "reacionário demais" para levar a sério a medicina alternativa; e mesmo onde os produtos florestais revelam ter um valor comercial ele duvida do realismo de tentar preservar o benefício para o povo da floresta.

"O mundo é um mundo muito cruel", declara ele, citando o "boom" da borracha do século XIX, que malograra quando aventureiros ingleses "roubaram" amostras de seringueiras e as levaram para a Malásia, onde logo foram capazes de produzir borracha muito mais barata do que os seringueiros brasileiros. Ele alega que os esquemas para preservar ou reviver a economia florestal sempre exigem um grau irreal de subsídios estatais e que o destino da maior parte dos moradores da floresta no final do século XX será juntar-se ao grande movimento de massa da urbanização.

Na prática, para a maior parte do povo da floresta, isso só poderia significar uma existência esqualida e marginal nas favelas das grandes cidades brasileiras. Estatisticamente, sua vida na floresta pode ser mais pobre, mas não restam dúvidas de que são mais felizes e integros.

Será que as leis da história e o mercado lhes proibem de melhorar seus padrões de vida por qualquer outro meio? Talvez a urbanização em massa seja efetivamente seu destino inelutável, mas houve um tempo em que a escravidão era considerada como igualmente inevitável. A história não é estática: ela é, acima de tudo, um registro de atitudes e comportamentos humanos cambiantes. Aprendemos a atribuir um valor à biodiversidade (a multiplicidade de espécies) e à diversidade cultural dentro da raça humana. Na floresta tropical amazônica, as duas coisas estão colocadas e preservar uma delas pode ajudar a preservar a outra.

Um meio de se chegar a isso, e talvez o mais eficaz numa economia de mercado, é estabelecer um preço para produtos florestais refletindo o valor do meio ambiente e a cultura subjacente a ele. Talvez os consumidores norte-americanos e europeus possam ser persuadidos a pagar um extra por um "preservativo da floresta tropical" feito de borracha amazônica? Outro meio poderia ser reconhecer os habitantes da floresta como seus custodiados e pagá-los um salário direto para representarem seu papel.

O Brasil e o mundo certamente podem superar o fatalismo darwinista de Goldemberg.